ANÁLISE DA CONCORDÂNCIA PRÁTICA ANTERIORMENTE A REALIZAÇÃO DA PONDERAÇÃO DE INTERESSES PELO PODER JUDICIÁRIO: CASO DOS INFANTES COM DEFICIÊNCIA CEREBRAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Guilherme Emmanuel Lanzillotti Alvarenga¹

RESUMO: A técnica da ponderação revela-se em importante instrumento na resolução de colisão entre bens, princípios, interesses e valores constitucionais, mas afasta a efetividade de um em detrimento de outro, já que confere pesos diferenciados aos interesses postos em jogo, prevalecendo aquele que terá maior precedência diante das situações fáticas e jurídicas existentes. A concordância prática, por não preferir um princípio, tenta harmonizá-los de modo que sejam protegidos ao máximo e efetivados ao caso concreto. Essa técnica pode ser essencial para a solução do impasse das crianças com deficiências cerebrais no acesso ao direito educacional de qualidade nas escolas públicas. Neste trabalho iremos analisar a necessidade de se tentar harmonizar os bens, princípios, interesses e valores constitucionais em tese colidentes, para satisfazer ao máximo essas garantias constitucionais, partindo-se para a ponderação apenas quando o caso concreto não permitir sua concordância prática, visando a máxima efetividade das normas constitucionais, em respeito a força normativa da Constituição.

PALAVRAS-CHAVE: Princípios. Dignidade humana. Educação. Separação dos Poderes. Reserva orçamentária.

ABSTRACT: The balancing of interests is an important instrument in the solution of collision among constitutional assets, principles, interests, and values, but rebounds the effectiveness favouring one against another, because confers different weights to the opposed interests, prevailing that which has more precedence in face of the factual and legal circumstances. The acceptance practice does not prefer a principle, but tries to harmonize them so that they are protected in maximum and effected in specific case. This technique can be essential for the solution of the impasse of infants with cerebral disabilities in the access of education in public schools. This paper will analyze the necessity of trying to harmonize constitutional assets, principles, interests and values conflicting in theory, satisfying in maximum these constitutional guarantees, going to balance of interests only when the case does not allow the acceptance practice, aiming the maximum effectiveness on the constitutional standards and respecting the normative force of the Constitution.

KEYWORDS: Principle. Human dignity. Education. Separation of powers. Reserves for contingencies.

---

¹ Graduado em Direito pela Universidade Candido Mendes (2008) com especialização em Direito Privado pela Universidade Gama Filho (2009). Atualmente é Procurador do Município - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MACEIO e Advogado. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo, Cível e Trabalhista. Mestrando e Direito Público pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL. E-mail: guilherme56@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 positivou diversos direitos sociais em prol da sociedade brasileira como a garantia ao acesso educacional, determinante na formação estudantil e cívica das crianças e adolescentes. Trata-se de direito fundamental de segunda dimensão de todos e dever do Estado e da família para concretização desta norma jusfundamental, a teor do artigo 205 da Lei Maior.

Ocorre que em certos casos, a prestação do serviço público educacional apresenta-se defeituosa para os infantes com paralisia cerebral e autismo, que alegam não ter transporte público que os levem às escolas, nem profissional especializado que lhes auxiliem na aprendizagem, aliada a crítica situação econômico-financeira dos entes federados vivenciada atualmente que não possuem estrutura física e orçamentária para garantir a fluidez deste direito fundamental com qualidade.

Consequentemente, nascem inúmeras demandas judiciais pugnando pela concretização deste direito subjetivo, requerendo a condenação dos entes públicos, notadamente os municipais, responsáveis pela educação básica a teor do art. 208, I da Carta Magna, a fim de que forneçam transporte público para comparecimento as aulas, e contratação de professores especializados nas doenças cerebrais, com intuito de auxiliá-los no processo de aprendizagem.

Diante disso, surge a problemática do presente artigo: será sempre necessário a utilização do instituto da ponderação, desenvolvido por Alexy, para dirimir a colisão dos bens e interesses em jogo nestes casos, não havendo a mínima possibilidade de se tentar realizar a concordância prática, defendida por Ávila, harmonizando os princípios colidentes em questão, como forma tanto de concretizar o direito fundamental a educação e a dignidade humana dos infantes, quanto respeitar a garantia da separação dos poderes e o princípio da reserva orçamentária?

A partir da teoria da colisão dos princípios e suas formas de solução diante do caso concreto que analisaremos a temática, tentando buscar uma solução harmônica para ambas as partes envolvidas nos litígios judiciais.

2 NEOCONSTITUCIONALISMO E PÓS POSITIVISMO: FORÇA NORMATIVA DOS PRINCÍPIOS

2.1 CRISE DO POSITIVISMO JURÍDICO E SURGIMENTO DO PÓS-POSITIVISMO

A crise do positivismo jurídico com sua rigidez lógico-formal na interpretação das normas abriu espaço a doutrina que associa o direito e a realidade social. Barcellos (2013, p.98) relata que esta doutrina, denominada pós-positivismo, resgata valores para preencher o conteúdo das normas jurídicas, reaproximando Direito e Ética, mas rejeitando, ao mesmo tempo os ideais jusnaturalistas.

As normas duras do positivismo jurídico que não detinham preocupação alguma se seus conteúdos efetivavam direitos, foram repaginadas e reinterpretadas para absorver os valores e anseios de que tanto a sociedade clamava.

A Constituição alcançou papel de destaque no ordenamento jurídico, passando a ser a Lei Fundamental que regerá a interpretação de todas demais leis e atos normativos, ganhando supremacia e força normativa, irradiando os valores por todo ordenamento jurídico, e ordenando fins a serem perseguidos para a efetivação de direitos (BARROSO, 2013, p.92).

Com isso, os princípios deixaram de ser considerados formas de integração na aplicação das regras, obtendo força normativa e passando a integrar uma das espécies do gênero norma ao lado das regras.

2.2 NORMAS: PRINCÍPIOS E REGRAS

Como mencionado os princípios passaram a ser vistos não mais como mera exortação como na época juspositivista, mas atingiram normatividade, possuindo o mesmo grau de imposição e observância do que as regras. Isso porque ambos dizem o que deve ser, ou seja, são razões para juízos concretos deontológicos (ALEXY, 2014, p.87)

Entretanto, cabe ressaltar que ambas normas jurídicas possuem distinções específicas que influem principalmente quando ocorre conflito e colisão entre si, o que, uma vez não devidamente compreendidos, podem dar azo a decisões jurídicas inconstitucionais.

Alexy (2014, p.90) utiliza o critério de distinção qualitativa para diferenciar os princípios das regras. Conforme o jurista alemão “princípios são normas que ordenam que algo deva ser realizado na maior medida possível dentro das possibilidades jurídicas e fáticas

existentes”, sendo, assim, mandados de otimização que podem ser satisfeitos mediante graus variados.

Já as “regras são normas que são sempre ou satisfeitas ou não satisfeitas”, sendo, na verdade, mandados definitivos, não havendo espaço para aplicação de graus em sua aplicação: se é válida, deve ser cumprida estritamente, sem mais nem menos. (ALEXY, 2014, p.91)

2.3 CONFLITO DE REGRAS E COLISÃO DE PRINCÍPIOS

A Constituição vigente é considerada analítica por ter positivado diversos direitos e deveres em seu corpo, possuindo uma lista extensa de garantias fundamentais que, inevitavelmente, se chocam, devendo o intérprete e aplicador do direito primeiramente verificar, qual tipo de norma encontra-se em conflito, a fim de que, metodologicamente, resolva o impasse.

Como fora demonstrado, Alexy (2014, p.91-92) entende que regras são mandados definitivos que devem ser satisfeitas, ou não, assim como são postas, não abrindo margem para sua aplicação em diferentes medidas como o são os princípios. Em vista disso, caso uma regra entre em conflito com outra, a consequência direta será a invalidação de uma delas. Para que ocorra a coexistência de ambas regras conflitantes no ordenamento jurídico, cabe ao legislador ou constituinte, ter previsto uma cláusula de exceção que elimine o conflito.

Diametralmente, quando há colisão entre princípios, não há a possibilidade de se trabalhar no plano da validade, assim como é feito com as regras, mas no da dimensão de peso. A análise da controvérsia fixa-se na precedência de um princípio em face do outro sob determinadas condições, ou seja, os princípios tem pesos diferentes e aquele de maior peso cederá em favor de outro para a solução do caso concreto em exame. (ALEXY, 2014, p.94).

Percebe-se que a análise dos pesos de cada princípio em colisão dependerá das circunstâncias fáticas e jurídicas do caso concreto, da qual se extrairá uma regra a ser aplicada. Em outras palavras, na análise do sopesamento dos interesses ou bens em jogo, diante das condições existentes, um princípio terá um peso maior em relação a outro e é a partir deste momento, após a ponderação que surge uma regra que será aplicada diretamente ao caso concreto.

2.4 MÁXIMA DA PROPORCIONALIDADE

O princípio da proporcionalidade, também considerado como postulado normativo aplicativo por Ávila (2013, p. 154-155) já que “se aplica para solucionar questões que surgem com a aplicação do Direito, especialmente para solucionar antinomias contingentes”, orienta a realização da ponderação ente bens, interesses, valores e princípios conflitantes.

Dito princípio não se encontra expresso na Constituição Federal, mas tem seu desdobramento no ideário de devido processo legal substantivo e justiça (BARROSO, 2013, p. 94) sendo importante na verificação do meio pelo qual se atingirá o fim pretendido, devendo aquele ser proporcional, a fim de que não seja produzido um resultado injusto e inconstitucional quando da verificação da ponderação em jogo. Divide-se em três subprincípios: adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito.

A adequação representa a relação entre meio e fim pretendido, devendo o primeiro ser apto ao alcance da finalidade pretendida, consistindo na “idoneidade da medida para produzir o resultado visado” (BARROSO, 2010, p. 260).

A necessidade traduz a ideia vedação do excesso, ou seja, o meio utilizado deve ser o menos gravoso possível para se chegar ao resultado pretendido. Havendo meio alternativo para alcançar o mesmo fim, não resta verificado o requisito da necessidade.

Por fim, a proporcionalidade em sentido estrito significa verificar se as vantagens a serem conquistadas superam as desvantagens, tratando-se de uma questão de medida ou desmedida para se alcançar um fim, consubstanciando-se em uma típica relação de custo benefício. É neste ponto que a ponderação é realizada no caso concreto, sob pena de obtermos decisões judiciais ilegítimas.

Barroso (2013, p.94) afirma que o princípio da proporcionalidade permite o Poder Judiciário a invalidar atos administrativos e legislativos que não observam os três pressupostos delineados na busca do fim constitucional perseguido, sendo importante contribuição para se realizar a justiça no caso concreto.

3 DIREITO FUNDAMENTAL A EDUCAÇÃO E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA vs GARANTIA DA SEPARAÇÃO DOS PODERES E RESERVA ORÇAMENTÁRIA: POSSIBILIDADE DE HARMONIZAÇÃO

3.1 DICOTOMIA: DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E RESERVA DO POSSÍVEL E ORÇAMENTÁRIA

Não restam mais dúvidas, de que com o advento da Constituição de 1988, os direitos sociais são dotados de jusfundamentalidade, em que pese terem sido positivados fora do catálogo do artigo 5º da Lei Maior.

Sarlet (2008, p.17) defende que o direito a educação, além de ser uma prestação em sentido estrito, encontra-se sobre a lógica do art. 5º, §1º da Carta Magna, devendo ser outorgada a máxima eficácia e efetividade possível, e ser levada em conta a necessária otimização dos princípios e direitos fundamentais envolvidos, à luz do caso concreto. A concretização desta prestação positiva é realizada por meio de políticas públicas que envolvem gasto de verba pública, que são limitadas, devendo os poderes públicos fazer escolhas vinculadas aos fins constitucionais (BARCELLOS, 2008, p.117).

Devido a possível colisão do direito fundamental à educação com demais princípios constitucionais como a limitação orçamentária dos entes na prestação dos serviços que lhe são outorgados, a incapacidade material dos mesmos em concretizar o extenso catálogo de direitos sociais, principais argumentos que corporificam a reserva do possível, bem como a garantia da separação dos poderes, Sarlet (2012) entende que não se pode negar a dependência da realização dos direitos prestacionais sociais à conjuntura socioeconômica, mas pode-se sustentar que ao menos na esfera das condições existenciais mínimas encontra-se um claro limite à liberdade de conformação do legislador, notadamente os direitos ligados à dignidade da pessoa humana.

O direito ao mínimo existencial gera debates na doutrina pátria. Sarlet (2008, p.21-22) o diferencia do mínimo vital, já que abrange tanto o mínimo fisiológico quanto o mínimo sociocultural, ocorrendo à concretização da dignidade humana quando verificadas as condições mínimas oferecidas pelo Estado e sociedade que garantam uma vida saudável ao indivíduo, e não meros recursos para sua sobrevivência, sendo este mínimo a uma vida saudável, o núcleo essencial do direito fundamental social, blindado contra qualquer intervenção estatal, respeitada a contextualização em que se insere.

Já Torres (2008, p.80) entende que o mínimo existencial deriva da própria Constituição, enquanto os direitos sociais dependem da integração do legislador ordinário, que pode ser orçamentário; logo de acordo com o jurista, o princípio da reserva do possível não prevalece sobre o mínimo existencial que, em sua dicção, seria o vital de acordo com Sarlet. Todavia o princípio orçamentário deve ser observado, ou seja, a superação da omissão do legislador ou a lacuna orçamentária deve ser integrada por meios orçamentários com a abertura de créditos adicionais pelos poderes políticos e não pelo Judiciário adjudicando bens individualizados.

Analisando o embate doutrinário acerca do tema, veja-se que de um lado o Estado tem o dever fundamental, conjuntamente com a família, de fornecer educação a todos os indivíduos, como preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, conforme artigo 205 da Lei Maior.

Por outro lado, a efetivação deste direito fundamental social depende de formulação de políticas públicas para sua concretização, que devem ser propostas pelo Poder Executivo de cada ente, e aprovadas pelas respectivas casas legislativas, em respeito ao princípio democrático- representativo. Traduzindo em miúdos, a política a ser implementada depende de verba para a sua concretização, caso contrário não há a possibilidade fática de fornecer o serviço educacional na sua máxima efetividade.

3.2 A CONCORDÂNCIA PRÁTICA OU HARMONIZAÇÃO COMO FORMA DE SUPERAR A DICOTOMIA

Explorando a problemática proposta, indaga-se: é possível a concessão de tutela judicial que determine a obrigação do Estado de disponibilizar transporte exclusivo para os menores deficientes no trajeto casa-escola-casa e contratação auxiliar de sala especializado na patologia dos infantes para orientá-los no processo de aprendizagem?

Primeiramente, infere-se que há uma colisão de princípios constitucionais em exame a saber: princípio da dignidade humana dos infantes com deficiência cerebral que necessitam auxílio para a formação do conhecimento educacional no processo de aprendizagem contra a garantia da separação dos poderes, da reserva orçamentária e da isonomia na prestação dos serviços públicos. Neste momento iremos recorrer à teoria já exposta de Alexy.

De antemão, verifica-se que não se trata de conflito de regras no qual uma invalidará a outra divergente, pois estamos diante de colisão de princípios constitucionais que detém pesos diferenciados de acordo com as circunstâncias fáticas e jurídicas existentes.

Os argumentos dos defensores dos infantes com deficiência cerebral hão de se resguardar na dignidade da pessoa humana lastreada nas condições mínimas para uma existência digna, bem como na dificuldade do acesso ao estabelecimento educacional e na defeituosa prestação do serviço de educação, já que não há monitor especializado acompanhando os menores deficientes no processo de aprendizagem.

Em contrapartida, o Poder Público apresentará defesa arguindo a impossibilidade da concessão da tutela pleiteada devido a violação da garantia da separação dos poderes, já que o Judiciário não poderia adentrar no mérito da política pública e decidir as diretrizes políticas a serem adotadas, pois a Lei Maior conferiu ao administrador público a precípua função de encaminhar referidas programas que devem ser analisados e aprovados pelas casas parlamentares, além do que o julgador não deteria de conhecimentos técnicos de administração para gerir o múnus público.

Em acréscimo aos argumentos defensivos, o Estado invocará a teoria da reserva do possível para não ser compelido a atender o pedido autoral, afirmando que: a) não possui crédito orçamentário disponível para efetuar despesas ao contratar transporte escolar exclusivo para o infante no percurso casa-escola-casa e auxiliar de sala especializado na deficiência do menor; b) eventual conduta implicaria no ato de contrair despesas não prevista nas leis orçamentárias, infringindo os artigos 18 a 23 da Lei Complementar 101/2000, que exigem prévia dotação orçamentária para realização de qualquer contratação, fora a possibilidade do gestor público responder por atos de improbidade administrativa, nos termos dos artigos. 10, IX, c/c 12, II, da Lei nº 8.429/1992, por ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas ou não possíveis nos termos da lei; e c) por fim, deferida a tutela judicial, ocorreria a inevitável violação ao artigo 37, caput, II, da Constituição Federal por inobservância da impessoalidade e do concurso público.

Como forma de comprovar suas alegações defensivas, o Estado poderá juntar evolução dos gastos públicos, demonstrando que está prestes a estourar o limite prudencial de 54% da Lei de Responsabilidade Fiscal, ou que já o ultrapassou, agravado ainda pela crise econômica que perpassa o país e a consequente diminuição de arrecadação dos cofres públicos.

A possível solução a ser verificada no caso posto, poderia ser a ponderação, pois como vimos anteriormente, no caso de colisão de princípios, bens, valores e interesses, esta seria a medida a ser adotada. Mas antes, saliente-se que ao final da ponderação, um dos princípios conflitantes será afastado em detrimento do outro que detenha uma precedência condicionada conforme as possibilidades jurídicas e fáticas existentes.

Por isso, a medida menos restritiva a ser adotada é a utilização do postulado normativo aplicativo da concordância prática ou harmonização como o dever de realização máxima de valores que se sobreponham, antes de se partir pra a teoria da ponderação (ÁVILA, 2013, p.166). Trata-se de tentar harmonizar os valores em conflito de modo que eles sejam protegidos ao máximo, sem que ocorra diretamente a preferência de um em detrimento de outro. Esse postulado, é assim como a proporcionalidade, um desdobramento do devido processo legal substantivo e da justiça.

3.3 CASO CONCRETO DOS MENORES COM DEFICIÊNCIA CEREBRAL E O DIREITO FUNDAMENTAL AO ENSINO

Retornando a problemática em questão, antes de nos indagarmos se é possível a concessão da tutela em si, devemos nos perguntar: é possível a harmonização do princípio da dignidade humana presente no direito ao acesso a educação e na prestação deste serviço satisfatoriamente para as crianças portadoras de deficiência mental, com os princípios da separação dos poderes e da reserva do possível e orçamentária?

Passamos então a detalhar meticulosamente os pedidos e seus argumentos para atingirmos conclusões.

Primeiramente, o acesso à escola destes infantes depende de política pública de transporte que conceda benefícios para sua locomoção como modo de amenizar as limitações físicas que lhes acometem. O pedido revela-se no transporte dos menores no trajeto casa-escola-casa, o que pode ser fornecido pelo Estado através de gratuidade de passagens nos transportes públicos, por exemplo. No âmbito do Município de Maceió vigora a Lei 6370/2015, que autoriza a concessão de cartão de passageiro gratuito para menores que possuam deficiência mental e transtorno de espectro autista, conforme artigo 2º, IV e V, tendo autorização legal para que seja estendido o benefício a um acompanhante. Logo, analisando o caso concreto, o juiz irá verificar se o benefício legal supracitado perfaz as necessidades de locomoção do infante, sem que seja necessário a contratação/disponibilização de veículo exclusivo por parte do Estado.

Com relação ao pleito de condenação do ente público a fornecer auxiliar de sala especializado na doença que lhe açoitou, deve ser averiguado, em um primeiro momento, se o Poder Público possui em seus quadros respectivo profissional; caso contrário deve ser explorado se há outra alternativa que não demande a contratação de servidor para a função, o que certamente irá ceifar o princípio da reserva orçamentária e separação dos poderes.

Exemplificando, tem-se a possibilidade de realização de perícia no menor a fim de averiguar se faz-se necessário de fato profissional especializado na doença, ou outro professor que o auxilie na aprendizagem, ocasião em que poderia haver um rodízio entre professores da instituição pública para atender as necessidades dos infantes no processo de aprendizagem.

A análise da possibilidade de aplicação do postulado da concordância prática, além de basear-se na realização máxima de valores que se imbricam, sem que ocorra a precedência de um em relação a outro, é capaz de enaltecer a efetividade das decisões judiciais e a concretude dos direitos sociais requeridos, ocorrendo a eficácia social da medida.

Logo, através tanto de uma interpretação que busque a máxima efetividade dos valores e bens assegurados constitucionalmente que entram em colisão, quanto de um diálogo interinstitucional, há possibilidade de concretude destes direitos fundamentais, afastando a ideia de função simbólica dos princípios constitucionais .

Entretanto, cabe ressaltar que somente o caso concreto irá fornecer subsídios ao julgador que lhe permitam aplicar o postulado da concordância prática, ou se inevitavelmente, terá que realizar a ponderação na espécie, afastando a realização de uma norma principiológica em detrimento de outra, com vias a solucionar o impasse e realizar do direito social fundamental suplicado.

CONCLUSÃO

A técnica da ponderação é significativa na solução da colisão entre bens, interesses, valores e princípios constitucionais, sendo utilizada para realizar a justiça ao caso concreto. Ocorre que referida medida, não privilegia a máxima efetividade dos direitos conflitantes de acordo com as posições fáticas e jurídicas existentes, mas garante pesos aos princípios contrapostos.

Após uma análise de sopesamento dos interesses em jogo pelo intérprete e aplicador do direito, um princípio será afastado em detrimento de outro, já que o que será aplicado tem precedência com relação a outro, ou seja, terá um peso maior quando da aplicação ao caso em exame, a fim de solucionar o impasse de uma forma justa e socialmente aceitável.

Entretanto, a ponderação não é a única forma de resolução de conflitos entre princípios e interesses, havendo o postulado normativo aplicativo da concordância prática, no qual se tentará harmonizar os valores em colisão, de modo que eles sejam protegidos ao máximo, sem que ocorra diretamente a preferência de um em detrimento de outro.

No caso concreto de infantes com deficiência cerebral e transtorno de espectro autista, antes de se partir diretamente para a ponderação dos interesses em jogo, como a dignidade da pessoa humana e seu direito a educação em contraponto com a garantia da separação dos poderes e o princípio da reserva do possível e orçamentária, deve-se verificar se há a possibilidade de convivência harmônica destes valores contrapostos em sua máxima efetividade, podendo, inclusive utilizar o princípio da proporcionalidade para verificar a concordância prática desses interesses colidentes, a fim de que seja realizada a justiça para ambas as partes no caso concreto, e principalmente, os valores insculpidos na Carta Magna.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. Tradução: SILVA, Virgílio Afonso da. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. 2ª edição. 3ª Tiragem São Paulo: Malheiros Editores, 2014

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos Princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. 14ª edição. São Paulo: Malheiros, 2013.

BARCELLOS, Ana Paula de. **A eficácia jurídica dos princípios constitucionais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 05 de outubro de 1988**. In: Senado Federal. Legislação Republicana Brasileira. Brasília. 1988. Disponível em:<<http://senado.gov.br>>. Acesso em: 16.mai. 2016.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 04 de maio de 2000**. In: Senado Federal. Legislação Republicana Brasileira. Brasília. 2000. Disponível em:<<http://senado.gov.br>>. Acesso em: 19 mai. 2016.

BRASIL. Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego, ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 02 de**

junho de 1992. *In*: Senado Federal. Legislação Republicana Brasileira. Brasília. 1992. Disponível em:<<http://senado.gov.br>>. Acesso em: 19 mai. 2016.

CANOTILHO, J.J.G., MENDES, G.F., SARLET, I.W., STRECK, L.L. (Orgs.) **Comentários à Constituição do Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2013.

FELLETT, A.L.F, PAULA, D.G.de, NOVELINO, M. (Orgs.) **As novas faces do ativismo judicial.** 2ª tiragem. Salvador: Juspodivm, 2013.

MACEIÓ. Lei Municipal nº 6.370/2015, de 17 de março de 2015. Dispõe sobre o direito à gratuidade no pagamento de tarifas do sistema de transporte público do Município de Maceió. **Diário Oficial [do] Município. Maceió, AL, 18 de março de 2015.** *In*: Câmara Municipal de Maceió. Maceió. 2015. Disponível em:<<http://camarademaceio.al.gov.br>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

MENDES, G. F. COELHO, I. M.; BRANCO, P. G. G.; **Curso de Direito Constitucional.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SARLET, I.W., TIMM, L.B. (Orgs.). **Direitos Fundamentais orçamento e “reserva do possível”.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais.** 11ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

TORRES, R.L. **O direito ao mínimo existencial.** Rio de Janeiro: Renovar, 2009.